

CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
calexa1970@gmail.com

Direitos sociais

Ainda no discurso comemorativo ao primeiro decênio no STF, o ministro Edson Fachin reforçou sua conhecida atenção a causas sociais e a direitos fundamentais. Para o magistrado, ser ministro do STF é “uma obrigação que se assume pela estrita obediência à Constituição, aos direitos humanos e fundamentais”, disse. Fachin assume a presidência do Supremo em setembro.

É muita gente

Passa de 3, 2 milhões o número de aposentados e pensionistas que não reconhecem os descontos associativos aplicados pela máfia do INSS, segundo o mais recente balanço divulgado pela autarquia. Esse número corresponde a 97,3% do total de beneficiários que consultaram os canais de atendimento oferecidos pelo governo.

Multicanal

O maior fluxo de demandas está no aplicativo meu INSS, com 75,7% das consultas. Outros 500 mil pedidos de esclarecimento, o equivalente a 15,4%, ocorreram pelas agências dos Correios. Cerca de 290 mil consultas, correspondentes a 8,9% do total, foram realizadas pela central 135.

Fraude antiga

Em vídeo divulgado pelos canais oficiais do governo, a aposentada Maria Lúcia afirma que há cinco anos – antes, portanto, do governo Lula, sofre desconto irregular de R\$ 70 mensais de uma associação. Eis um exemplo da montanha de dinheiro que foi surrupiada, ao longo dos anos, pela máfia formada por associações e servidores do INSS. Mais de 40 entidades são investigadas.

Pausa

O ministro Cristiano Zanin pediu vista no julgamento sobre o papel da Agência Nacional de Vigilância Sanitária na restrição a aditivos para cigarros, como saborizantes e aromatizantes. O placar do STF está em 3 a 2, com predomínio da tese do ministro Alexandre de Moraes, de que a Anvisa extrapolou em suas atribuições ao determinar limites na produção de fumígenos.

Supremo e política na visão de Fachin

Ao completar 10 anos de atuação no Supremo Tribunal Federal, o futuro presidente da Corte, ministro Edson Fachin, sinalizou como pretende conduzir um dos Poderes que alicerçam a República. O magistrado pretende observar os limites do Judiciário, especialmente na relação com os demais Poderes. “Não nos é legítimo invadir a seara do legislador. O respeito ao dissenso e a convivência democrática são lições também para todos os Poderes e todas as instituições”, disse. A contenção defendida por Fachin vem em momento delicado. Emendas

parlamentares, punição a bolsonaristas e marco temporal são alguns dos temas a tensionarem a relação entre o Legislativo e o Judiciário. Ressalte-se, ainda, a cruzada internacional contra as decisões da Corte, acusada de promover perseguição política, como denunciam o ex-presidente Jair Bolsonaro, seu filho Eduardo Bolsonaro e a foragida Carla Zambelli. Em meio às tensões políticas, Fachin pretende preservar o Supremo e buscar o exercício estrito da magistratura. “Ao direito e que é do direito, à política o que é da política”, disse.



Direito às cotas

Estudantes de colégios militares poderão entrar no sistema de cotas reservadas para alunos da rede pública em universidades federais e institutos federais de ensino técnico. Por unanimidade, os ministros do STF consideraram improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade apresentada pela Procuradoria-Geral da República.

Sinal verde

A PGR argumentou que os colégios militares não seriam escolas públicas, pois têm acesso seletivo e não são gratuitos. Não se enquadrariam, portanto, no sistema de cotas para alunos de escolas públicas. O relator do processo, ministro Gilmar Mendes, observou, entretanto, que os colégios militares têm natureza pública, segundo entendimento do Supremo.

Nota azul

O ministro da Educação, Camilo Santana, comemorou o recorde de inscrições para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Mais de 5,5 milhões de estudantes se registraram no sistema de avaliação para disputarem uma vaga em universidades. É um aumento de 10% em relação a 2024, e de 30% na comparação com 2022. O ministro anunciou também a prorrogação do pagamento para a taxa de inscrição, no valor de R\$ 85.

Na frente

O Brasil foi selecionado para receber US\$ 250 milhões (R\$ 1,3 bilhão) do Fundo de Investimento Climático para investir na descarbonização da indústria nacional. O projeto contemplado foi apresentado por três ministérios — Indústria e Comércio, Fazenda e Minas e Energia — e pretende reduzir a emissão de poluentes em setores como cimento, aço, alumínio, químicos e fertilizantes.

Mundo verde

O Fundo de Investimento Climático é uma iniciativa global que busca incentivar países em desenvolvimento a adotarem soluções inovadoras para a transição energética e a sustentabilidade. A proposta brasileira foi vencedora entre 26 países.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Em operação garantida por israelenses, grupo de políticos cruza fronteira do país com a Jordânia e passa ao território saudita, de onde embarca para São Paulo. Outros integrantes da comitiva continuam em Tel Aviv, à espera da possibilidade de retorno

Brasileiros chegam à Arábia

» IAGO MAC CORD*
» CAETANO YAMAMOTO*

Um grupo de 12 políticos brasileiros chegou, ontem, à cidade de Tabuk, na Arábia Saudita, onde aguarda para retornar ao Brasil. Eles deixaram Israel por conta da intensificação do conflito com o Irã por via terrestre, depois que as forças israelenses garantiram-lhes que chegassem à Jordânia. A expectativa é de que decolem, nas próximas horas, do Aeroporto Príncipe Sultão bin Abdulaziz. Nove pessoas (entre prefeitos e secretários municipais) estarão num avião privado e três, em voos comerciais, com parada em Doha (Catar). O destino final de todos é São Paulo.

Apesar do retorno do grupo, outros 26 políticos permanecem em Israel à espera de voltarem ao Brasil. A operação de retirada dos 12 por terra foi articulada por senadores brasileiros e pelo governo federal, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores de Israel e a embaixada do país no Brasil. Nas redes sociais, integrantes da comitiva que

chegou ao território saudita informaram que o grupo se dividiu porque alguns não queriam esperar mais voltar para casa, enquanto outros temiam a saída por via terrestre devido à instabilidade da região.

Segundo o senador Carlos Viana (Podemos-MG), presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Israel, os 12 brasileiros precisaram descer do ônibus israelense ao atravessarem a fronteira com a Jordânia e tiveram de esperar cerca de duas horas até que a embaixada brasileira em Amã, capital jordaniana, providenciasse um transporte que os levasse rumo à Arábia Saudita. “Os demais, que permanecem em Tel Aviv, são 26 que estão ainda aguardando (o momento de deixar o país)”, informou o senador.

Ao **Correio**, o deputado Merisinho Lucena (PP-PB), que foi à fronteira saudita-jordaniana esperar o pai — o prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena —, atribuiu o sucesso da operação de retirada dos 12 brasileiros ao “prestígio” do embaixador israelense no Brasil, Daniel Zonshine, e à diplomacia israelense. Ressaltou que,

apesar dos problemas de relacionamento entre o governo do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu e o do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Tel Aviv tem demonstrado “total boa vontade em colaborar” para que os políticos retornem em segurança ao Brasil.

Acompanhamento

O Ministério das Relações Exteriores, por sua vez, afirmou em nota que está acompanhando “com atenção” a situação dos brasileiros que se encontram em território israelense, “incluindo, além de binacionais e turistas, autoridades integrantes de duas comitivas que cumpriam missão oficial àquele país, a convite do governo israelense”. Porém, o MRE destacou que mantém, desde outubro de 2023, um alerta consular que desaconselha toda viagem “não essencial àquele país” e vem recomendando que os brasileiros que estejam em Israel considerem deixar o país.

Em relação aos demais políticos que permaneceram em Tel Aviv, o ministério disse que

o governo israelense apresentou uma proposta de evacuação por terra até a Jordânia, tal como a que tirou os 12 que chegaram ontem à Arábia Saudita. A operação pode ser levada adiante nos próximos dias. “A Embaixada do Brasil em Tel Aviv permanece em coordenação com as autoridades israelenses para possibilitar novas operações de retorno dos brasileiros”, frisa o MRE.

Já a ministra Gleisi Hoffmann, da Secretaria de Relações Institucionais, mantém contato, desde sábado, com o coordenador da delegação brasileira que foi a Israel, o prefeito de Belo Horizonte Álvaro Damião (União-MG). “Nesses contatos, foram transmitidas todas as tratativas do governo brasileiro, por meio do Itamaraty, com as autoridades de Israel e da Jordânia para garantir o retorno seguro da delegação”, salienta a pasta, em nota.

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi

» **LEIA MAIS** sobre a guerra em Israel na página 9



Cícero Lucena (de óculos) e Álvaro Damião comemoram saída de Israel

Instagram pessoal



Ex-juiz da Lava-Jato foi aposentado compulsoriamente pelo CNJ

JUDICIÁRIO

OAB aprova cassação do registro de Bretas

» LUANA PATRIOLINO

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aprovou, ontem, um procedimento administrativo para cassar o registro do advogado e ex-juiz federal Marcelo Bretas. O presidente da entidade, Beto Simonetti, avaliou que a medida é um exemplo para outros profissionais que tentam violar as prerrogativas da profissão.

A decisão é unânime e tomada na sessão do Conselho Pleno

da entidade. Bretas foi incluído no Registro Nacional de Violações de Prerrogativas da Advocacia. Com a aprovação da cassação, o procedimento seguirá para a etapa de desagravo público, que garantirá ao ex-magistrado ampla defesa e contraditório, conforme previsto nas normas internas da OAB.

“Caso isso ocorra, o ex-juiz poderá passar a constar formalmente como alguém com inidoneidade moral para efeitos de

análise de pedidos futuros de inscrição nos quadros”, destaca a OAB na decisão.

O procedimento refere-se à atuação do ex-juiz no braço fluminense da Operação Lava-Jato, em 2020. Em 3 de junho, Bretas foi punido com a aposentadoria compulsória. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), essa é a mais grave das penas aplicadas a juízes vitalícios. Com a decisão, será mantida a remuneração por tempo proporcional de

serviço. Ele estava afastado das funções desde fevereiro de 2023.

A OAB classificou a postura de Bretas ao longo da Lava-Jato como um “verdadeiro ataque à advocacia”. Entre as acusações analisadas pelo CNJ, constam violações ao dever de imparcialidade, favorecimento ao Ministério Público em estratégias processuais e negociação de penas com advogados, conforme apontado em delação premiada homologada pela Procuradoria-Geral da República (PGR).